



Universidade Federal
de São João del-Rei

BIANCA PEREIRA ZEFERINO

CRISLAINE CAMILA RESENDE

**Mulheres no cárcere: trajetórias de vidas pronunciando a
liberdade**

SÃO JOÃO DEL REI

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

BIANCA PEREIRA ZEFERINO
CRISLAINE CAMILA RESENDE

Monografia apresentada ao Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de São João del Rei como parte dos requisitos necessários à obtenção do título em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

**Prof^ª. Dra. (Bruna Sola da Silva Ramos) - UFSJ
(Orientadora)**

**Profa. Ms. (Magda Aparecida Lombardi
Ferreira) - UFSJ (Co-orientadora)**

Prof^ª. Dra. (Ana Caroline de Almeida) - UFSJ

SÃO JOÃO DEL REI

2023

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia à Universidade Federal de São João del Rei, em especial ao curso de pedagogia que me transformou imensamente nesses cinco anos. Agradeço a todas e todos professores que fizeram parte da minha trajetória, em especial a Dra. Bruna Sola da Silva Ramos, pela qual tenho enorme admiração, e a Ms. Magda Aparecida Lombardi Ferreira, por todo carinho, acolhimento e orientação durante nosso projeto na APAC. Dedico também às mulheres participantes do projeto que nos fizeram compreender a vida de outro ângulo. Dedico esse trabalho ao Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico (GECDiP) e a todas que participaram e contribuíram com o projeto, sendo elas: Vânia, Thais, Rafaela, Crislaine e Carol. Agradeço a todos e todas que estiveram ao meu lado durante minha graduação, obrigada amigos e família.

Bianca Pereira Zeferino

Dedico esta monografia a todos que influenciaram em minha trajetória de estudos no decorrer de minha vida. Em especial as orientadoras e parceiras do projeto, Dra. Bruna Sola de Silva Ramos e Ms. Magda Aparecida Lombardi Ferreira com quem compartilhei muitos conhecimentos, dúvidas e angústias e também as demais companheiras do projeto de extensão. A minha dupla de TCC que esteve ao meu lado ao longo de toda essa jornada de projeto e conclusão de curso. A minha família que me apoia e está presente nos momentos mais difíceis. Ao meu parceiro de vida e companheiro Frederico Ribeiro de Almeida e aos meus amigos que me incentivaram e estiveram presentes na tão árdua e também prazerosa vida universitária. Imensa gratidão a todos e ao Campus Dom Bosco que sempre foi meu lugar de inspiração!

Crislaine Camila Resende

RESUMO

A partir do Projeto de Extensão “Escrivivências: catando histórias e autorando a própria vida” realizado pelo Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico, da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - (APAC) feminina, de São João del Rei, buscamos no Trabalho de Conclusão do Curso analisar os escritos dos diários e os debates no círculos de leitura crítica, que foram construídos através da leitura problematizadora e coletiva do livro *Quarto de despejo - diário de uma favelada (1960)*, de Carolina Maria de Jesus, como processo para humanização desse grupo de mulheres, diante de situações-limites que freiam sua vocação de ser mais. Pretendemos assim, pela escrita e pelo diálogo analisar a dimensão significativa-existencial, e como esta possibilita às recuperandas uma postura também crítica face às suas situações-limites, assim como o anúncio de um inédito-viável.

Palavras- chave: Mulheres; Cárcere; Situações-limites; Denúncia; Anúncio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPÍTULO I:	
EU-TU: ao encontro de Paulo e Carolina	10
CAPÍTULO II:	
Mulheres no cárcere e a APAC.....	23
CAPÍTULO III:	
Metodologia.....	31
CAPÍTULO IV:	
Análise	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

SIGLAS

APAC - Associação de Proteção e Assistência ao Condenado

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FBAC - Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados

GECDiP - Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógicos

SISDEPEN- Secretária Nacional de Políticas Penais.

INTRODUÇÃO

A realidade que anima esse Trabalho de Conclusão de Curso é o projeto de extensão: "Escrivivências: catando histórias e autorando a própria vida" realizado de forma remota, devido à pandemia do Sars Covid- 19, na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - (APAC) feminina, de São João del Rei, pela Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). O projeto foi coordenado pela Ms. Magda Aparecida Lombardi Ferreira e pela vice-coordenadora professora Dra. Bruna Sola da Silva Ramos, com início em abril de 2021 e conclusão em março de 2022. O projeto de extensão configura-se como mais uma das frentes de ação-reflexão do Grupo de Estudos Críticos do Discurso Pedagógico (GECDiP/CNPQ), vinculado ao Departamento de Ciências da Educação (DECED) e à Cátedra Paulo Freire da UFSJ. Em um contexto de ensino-pesquisa-extensão que se orienta pelos estudos do referencial teórico-metodológico freireano, o grupo vem avançando e se fortalecendo em um processo de reflexão crítica que busca consubstanciar-se em intervenção na realidade.

No projeto contamos com a presença de nove mulheres em cárcere que se encontravam em regime fechado. A proposta do projeto foi construir uma experiência crítica da "palavramundo" (FREIRE, 1980) motivada pela leitura coletiva do livro "Quarto de despejo - diário de uma favelada" (1960), de Carolina Maria de Jesus (1914-1977), a fim de contribuir para a conscientização da realidade em que vivem e que nela pudessem buscar formas de se inserir como sujeitos no enfrentamento de sua conjuntura opressiva. Além da imersão no projeto, destacamos as aproximações e diálogos entre Carolina Maria de Jesus e Paulo Freire, e como a escrita, que para Freire era um compromisso político e para Carolina um dever histórico, possibilita um processo em busca de humanizar-se, ser mais.

A fim de alastrar suas "Escrivivências", conceito de escrita literária de Conceição Evaristo no qual utiliza da narrativa do autor (a) para nutrir os discursos referentes às experiências vividas por mulheres em sua coletividade, considerando a possibilidade de transformar a realidade opressiva, esse termo vem de uma experimentação de jogar com palavras entre escrever e viver, escrever, logo escrevivência. Esse recurso evoca a noção de lugar de fala, já que a constituição do conceito proposto pela autora para sua produção escrita é contaminada pela sua condição de mulher negra na sociedade brasileira (EVARISTO, 2017).

Realizamos os encontros do projeto via Google Meet e a leitura do livro era feita por trechos e por marcações das próprias mulheres privadas de liberdade. A cada uma das integrantes foi entregue um exemplar do livro “Quarto de Despejo - diário de uma favelada”, um caderno para suas anotações e uma caneta. Ao longo dos encontros surgiu a necessidade de registrar nos cadernos tudo o que as envolvia, suas trajetórias, seus sonhos, suas angústias e suas alegrias. E ao longo desse processo incentivamos cada vez mais a aderirem ao hábito da escrita.

No ano de 2020, a obra “Quarto de despejo” completou seus sessenta anos de publicação, em 2021 comemoramos o centenário de Paulo Freire, e em 2022 uma década do título de Patrono da educação ao educador Paulo Freire. Ao reunir esses dois autores durante um momento de conjuntura política polarizada, obscura e com incessantes ataques ao educador Paulo Freire, reafirmamos nossa posição na luta pela educação crítica e pela liberdade. Ler Carolina é ler o Brasil, é ler a desigualdade instalada desde o Brasil colônia, ler Paulo Freire é um ato político, é um compromisso ético da profissão educadora.

Estar num projeto de extensão, e que ora se alonga na pesquisa, durante uma pandemia, com mulheres no cárcere e a quem durante esse momento não era possível ter contato com as famílias, certamente foi desafiador e transformador, mas acreditamos que foi importante, tanto para elas quanto para nós. O projeto toma forma partir de uma procura da Apac pela presença da UFSJ na ala feminina, já que a maioria dos projetos e programas aconteciam na masculina, porém ele ganha potencial quando imergimos com os círculos de leitura crítica e com leitura de uma obra que também não fez parte de nossa trajetória. Conhecemos Carolina Maria de Jesus no curso de graduação, especificamente dentro do grupo de pesquisa GECDiP, e desde então nos debruçamos sobre sua vida-obra.

No momento que optamos pela participação no projeto de extensão na APAC feminina, buscamos não apenas conhecer a realidade dessas mulheres, mas também nos aproximarmos das trajetórias, dos sonhos, das opressões, dos sentimentos bons e ruins que aquelas mulheres vivenciavam a cada dia. A leitura da obra de Carolina nos possibilitou isso e muito mais, a cada encontro percebemos que estávamos mais próximas tanto delas quanto de Carolina. O mesmo aconteceu com Paulo Freire, por mais que ele não estivesse no foco das discussões, estávamos cada vez mais imersas em sua metodologia e em sua concepção de ensino.

E como em todo processo de aprendizagem entramos com um pensamento bruto e receoso com o novo e, no entanto, saímos transformadas e marcadas pela fala e trajetórias de vida de cada uma das mulheres privadas de liberdade. A cada encontro clareamos os nossos

olhares para as realidades destas mulheres, nos tornamos mais sensíveis, atentas a cada marca que estas traziam em suas vidas, sempre com a humildade de quem tem muito a aprender e escutar, num processo de tentar instigá-las a atingir novas possibilidades de se ver no mundo e com o mundo. Dessa forma, o respeito sempre imperou em nossas relações e por meio desse respeito ganhamos a confiança dessas mulheres tornando os diálogos possíveis, efetivos e afetivos.

Para além do aprendizado saímos do projeto mais maduras, atentas às inúmeras realidades que nem sempre são percebidas e acima de tudo esperançosas para que essas mulheres passassem a se ver como escritoras de seu próprio futuro. Ensinamos e aprendemos, reafirmamos uma educação sensível, dialógica, desafiadora, mas sobretudo crítica. Portanto, alongamos o projeto ao nosso trabalho de conclusão de curso, permitindo buscar e aprender ainda mais sobre essa experiência tão significativa em nossa trajetória formativa.

Diante disso, buscamos problematizar em nosso trabalho de conclusão de curso como as mulheres que participaram do projeto significam a própria história por meio da leitura crítica da obra “Quarto de despejo”. Para além disso, problematizamos como, no decorrer da leitura da obra e de suas vidas, são construídas as denúncias de situações-limites por elas vividas e se há anúncio de possibilidades. Para nós, participar do projeto foi ir ao encontro do que nos inspira e nos motiva enquanto futuras educadoras, participar do projeto é o que nos move e nos fortalece para compreendermos o processo de desumanização e humanização, e assim lutar por uma educação transformadora e libertadora.

O presente trabalho de conclusão de curso foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, apresentamos os estudos e a relação que construímos entre Carolina e Paulo Freire, nossas referências teórico-metodológicas e como esse encontro é possível por meio da relação de alteridade. No segundo, nos debruçamos acerca das histórias e complexidades de mulheres no cárcere e a fundação da Apac feminina. No terceiro, dialogamos com nossa metodologia que perpassa pelos círculos de leitura crítica e análise de documentos. No quarto capítulo nos debruçamos sobre a análise dos dados construídos em campo, seguindo ao encontro dos diálogos e dos registros realizados em diários, construídos pelas mulheres privadas de liberdade, por meio da leitura do livro. Portanto, buscamos analisar as situações-limites relatadas por elas, as relações entre o sujeito, a palavra e o mundo, e como elas assumem a leitura problematizadora da realidade.

CAPÍTULO I

EU-TU: ao encontro de Paulo e Carolina

Escrever, para mim, vem sendo tanto um prazer profundamente experimentado quanto um dever irrecusável, uma tarefa política a ser cumprida. [...] Não escrevo somente porque me dá prazer escrever, mas também porque me sinto politicamente comprometido, porque gostaria de convencer outras pessoas, sem a elas mentir, de que o sonho ou os sonhos de que falo, sobre que escrevo e porque luto, valem a pena ser tentados. (Paulo Freire, 1944, p. 15-16)

Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que a minha vista circula no jardim, e eu contemplo as flores de todas as qualidades [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2000, p. 52)

1.1 Paulo Freire

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) ou o menino que lia o mundo é um educador, pensador, filósofo, Patrono da educação brasileira, os títulos de Paulo Freire são imensos, assim como sua contribuição para a educação. Nordestino, Paulo Freire iniciou sua trajetória

em 1921, em Recife, Pernambuco. O menino que lia o mundo, começou a ler antes mesmo de ir para a escola. Em sua casa, onde tinha um grande quintal com grandes mangueiras, esse menino brincava com um pedaço de galho e assim ia desbravando o mundo.

Paulo gostava de aprender, com a vida, com os pais, com os amigos e com os antagônicos, gostava de aprender com as pessoas. Aprender e ensinar baseados na autenticidade, na escuta, na sensibilidade, na paciência, no diálogo, na horizontalidade. A docência foi ao encontro de Paulo Freire, quando começou a lecionar, deparou com sua vocação e sistematizou como fazê-lo, alfabetizou, escreveu livros teóricos e compartilhou suas indagações e problematizações acerca do ato de educar. E foi por sua paixão em ensinar que Paulo foi cassado, exilado, perseguido, na busca por transformar, em lutar pela educação crítica libertadora e pelos seus ideais democráticos.

O presente trabalho parte do princípio de que o processo de ensino e aprendizagem, que pode ocorrer em espaços formais ou informais, deve ter como objetivo principal o desenvolvimento da consciência crítica diante da realidade, com ênfase em problematizações políticas, ideológicas, culturais, e histórico-sociais. Trata-se, portanto, da perspectiva da pedagogia crítica que se opõe ao ensino bancário, que tem como base a transferência de saber, no qual o professor regente deposita sobre o aluno suas ideias constituídas (FREIRE, 1987). Essa concepção de ensino reproduz uma ideologia opressora na medida em que nega o conhecimento como um movimento de busca.

Paulo Freire (1987), defende um processo de ensino democrático e não-hierárquico em que se oportuniza a construção do conhecimento de forma colaborativa e coletiva. Assim, é por meio dessa pedagogia crítica que buscamos indagar por que tais conhecimentos estão sendo ensinados e por que não outros, quais interesses estão incluídos dentro dessa proposta de ensino. Compreendemos que, para Freire (1983), a educação é ética, e exige o compromisso dos educandos e dos educadores, com o intuito de sermos agentes de transformação social, e que educar é mais do que mero ensino, é também uma construção de cidadania cuja maior expressão é a participação popular na construção de políticas sociais.

Vale ressaltar que Paulo Freire (1979, p.84) considera que a educação sozinha não transforma a sociedade, e tampouco sem ela é possível tal transformação. Nesse sentido, o desenvolvimento pessoal e político dos indivíduos engloba não apenas refletir criticamente sobre a sociedade, mas também agir frente a esta realidade. A este processo de reflexão e ação (e ação e reflexão), que acontece de forma constante e não necessariamente de forma linear, Freire (1959) denomina de desenvolvimento da consciência crítica, que se caracteriza pelo

pensar autônomo e comprometido. Esse desenvolvimento se dá no processo educativo, e é um instrumento de luta mediante as opressões e injustiças sociais. Para isso, a educação problematizadora, e, portanto, libertadora, exige uma constante busca de conhecimento e reconhecimento dessas injustiças, de forma responsável, assumindo um compromisso ético entre educandos e educadores.

A “palavra verdadeira” (FREIRE, 1987) é aquela que se faz de forma reflexiva e dialógica com outras pessoas, elas surgem com a intenção do ser em mudar sua realidade, é práxis transformadora, o encontro mais profundo entre homens e mulheres, respeitando cada um e cada uma em sua mais completa dignidade, palavra como direito dos homens e mulheres. O diálogo realizado com a finalidade de mudança só pode e vai acontecer entre pessoas que realmente acreditam umas nas outras e confiam na sua condição de mudança, de fazer e refazer perante suas realidades. O diálogo crítico e a leitura de mundo não acontecem em um campo neutro, alheio à vida dos sujeitos, diversamente, o diálogo crítico se constitui como um processo de troca não-hierárquica e multilateral. O diálogo é ferramenta para historicizar-se no mundo, é uma exigência existencial, diálogo como encontro, pilar da relação eu-tu, nós e o mundo. Para Freire:

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 1983, p. 93)

Na educação, esse diálogo deve começar na inquietação do educador quando aquele se pergunta o que e como vai dialogar com os educandos. Freire (1987) ressalta que o diálogo não parte de um sobre o outro, mas com o outro, mediatizados pelo mundo. É um processo da escuta autêntica e sensível, na consideração do que o outro tem a dizer e como este expressa sua forma de ver e sentir o mundo. Para Freire (1987) o educador progressista propõe ao educando, por meio de contradições básicas, sua situação existencial, concreta e presente, e a problematiza e a desafia, logo, não lhe é repassado ou doado nenhum conteúdo, mas por meio disso, dialogamos criticamente sobre as diferentes visões de mundo.

É a partir desse encontro que os educandos e educadores caminham em busca do tema gerador, pois neste momento não só os educadores devem usar sua voz, mas também os alunos devem se posicionar. É importante que esse tema gerador faça parte do mundo dos

educandos para que o tema não fique alheio ao que eles anseiam, às suas dúvidas e esperanças.

Nessa perspectiva freireana de educação precisamos valorizar a realidade dos indivíduos. Na verdade, mais do que valorizar os contextos, o processo de ensino e aprendizagem deve partir das necessidades e das vivências, para que então seja significativo e conectado com as realidades. No momento que o tema gerador for identificado e o diálogo sobre ele começar, irão surgir os questionamentos e debates, nesse momento o educador estará presente para realizar a mediação entre as reflexões dos educandos levantando questões problemas para fazer com que os educandos reflitam e se posicionem sobre o tema abordado (FREIRE, 1987).

Em contraposição à educação bancária, Freire (1987) anuncia a educação libertadora, que busca educar o homem na ação e reflexão sobre o mundo. Nesse sentido, a educação bancária deixaria de existir, dando lugar a uma educação problematizadora, uma educação que acredita na capacidade de conhecer e interagir criticamente com o conhecimento, fazendo com que ele não seja o resultado final dele mesmo, mas sim, mediador de conhecimentos. A busca por conhecimentos e a superação da educação bancária, tornando a educação uma educação dialógica, faz do educador aquele que educa enquanto também é educado e do educando aquele que é educado e que também educa.

Nesse viés, a palavra e o diálogo são bases para o movimento de mudança do ser no mundo e com o mundo, todavia, precisamos compreender que somos seres inacabados, ou seja, em constante movimento de busca, liderados pela vocação de *ser mais*, necessidade ontológica e histórica do ser humano (FREIRE, 1987) e direito dos homens e das mulheres. Dito isso, é preciso observar que são impostas na sociedade barreiras que freiam essa possibilidade, que tardam essa garantia de humanizar-se, essa vocação é negada nas explorações, nas injustiças, nas opressões, nas violências, portanto, uma humanização roubada. (FREIRE, 1987). Essa desumanização não é uma vocação do ser humano, não é nas injustiças sociais que encontraremos o caminho para a liberdade. Consequentemente compreendemos que não é da natureza humana essa distorção da humanização, pois o que nos restaria seria desamparo e desespero diante da factualidade dada. (FREIRE, 1987).

Freire (1987) em sua concepção humanizadora de educação, entende que desumanizar o ser humano, tirando dele o seu poder de decidir, é característica marcante de uma sociedade não democrática, abrindo o caminho para a opressão, afastando destes a própria educação, na pronúncia do mundo, enquanto capacidade criticizadora. Dessa forma, o autor destaca que há

um processo de sectarização quando ocorre um déficit de conscientização, enquanto processo de ação e reflexão e de compromisso com as mudanças necessárias, no despertar da consciência crítica. Esta sectarização é inclusive alimentada pelas elites quando estas excluem os que são oprimidos dos papéis que lhes são de direito, como o de refletir e pronunciar o mundo.

Deste modo, o homem e a mulher passam a ser objetos, podendo ser manipulados, pois já não têm sua responsabilidade e seu poder de decisão. Neste caso, o processo passa a ser de desumanização, reduzindo o homem e a mulher a meros espectadores, ouvintes passivos do que ocorre à sua volta, sem perceber a importância do que está ocorrendo e qual o impacto de tal acontecimento em suas vidas. Falta-lhes a percepção da correlação entre os fatos, entre os acontecimentos do seu dia a dia.

Como nos ensina Paulo Freire (1987), não é a educação que traz a conscientização e nem a conscientização que traz a educação. O que de fato ocorre é que, no processo de aprendizagem, a conscientização vai se desenvolvendo junto com a educação; ambas realizam-se simultaneamente. Uma está inserida na outra. Notamos a importância da educação em relação à humanização do homem e da mulher, pois, na medida em que estes superam o quietismo e vão se tornando lúcidos, sujeitos críticos, escapam do adormecimento imposto pelas elites em sua forma de ver o mundo e de nele se inserirem (FREIRE, 1987). Assim, eles vão se tornando cada vez mais sujeitos de si, autônomos e capazes de refletir sobre seu lugar no espaço e no tempo. De fato, este é o papel mais importante da educação quando inserida e aplicada de forma democrática em uma sociedade e desempenhando seu papel principal que é o de conscientizar, libertar e humanizar o ser humano. A rigor, educa-se conscientizando e conscientiza-se educando. Há uma via de mão dupla na relação entre educação e conscientização.

Ao tratarmos de opressão tocamos no assunto mais abordado por Paulo Freire, porém nunca esgotado e desatualizado. Freire ressalta que a opressão é uma ação em que os opressores alienam os oprimidos, e essa alienação acontece em várias esferas da sociedade, na qual são criados, pelas forças estruturantes (Instituição da Igreja, do Estado, sistema de justiça, etc) diferentes mitos, os quais são promovidos e assimilados socialmente. Estes mitos interferem contra o processo pleno de humanização, pois os impossibilita no processo de ação e reflexão diante do contexto em que estão inseridos. É nesse sentido que a educação bancária se instala como instrumento de depositar sobre os educandos, pois à medida que os opressores instauram uma relação de transmissão do saber, o oprimido não desenvolve uma consciência

crítica diante da sua inserção no mundo. Freire (1987) ressalta:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2020, p. 57)

Dessa forma, na busca por uma transformação, FREIRE (1987) nos diz que os oprimidos necessitam superar culturalmente a cultura da dominação. Primeiro, por meio da percepção de mundo diante dos opressores e segundo pela superação e expulsão dos mitos criados na estrutura opressora. Para Freire (1987), os oprimidos são seres duplos, espectadores e atores, têm como característica a “consciência ingênua”, aquela oposta a uma consciência crítica, na qual os indivíduos se caracterizam pela conformidade da realidade vivida. Portanto, sofrem de uma dualidade instaurada na “interioridade” do seu ser (FREIRE, 1987, p.47). São oprimidos e opressores, dois ao mesmo tempo, introjetados em sua consciência. Dito isso, para a superação desta dicotomia entre opressor e oprimido, Freire (1987), revela que para a libertação e superação desta consciência ingênua, só é possível pela contradição opressores-oprimidos, e que na medida em que reconhecerem o limite que a realidade opressora a eles impõe, que se reconheçam oprimidos e assim se engajem na busca e na luta por sua libertação (FREIRE,1987).

Freire, ao citar Marx, afirma que a realidade é opressora, e quem a constrói são os homens e as mulheres, portanto, transformar essa realidade opressora que os condiciona é dever histórico dos mesmos e das mesmas. Importante ressaltar que quem inaugura a violência são os que em uma relação se dão por dominadores aos dominados, que praticam o desamor, que impedem o outro de ser mais, que negam a humanidade do outro (FREIRE,1987). E a principal ideia do opressor é transformar a mentalidade do oprimido, é preservar uma situação que os condicione a serem dominados, por isso que o pensar autêntico é perigoso dentro da concepção da educação crítica e libertadora. Freire defende a importância de uma pedagogia que transforme um ser de consciência ingênua em um ser reflexivo, capaz de questionar a sua realidade e o mundo em sua volta, compreendendo a sua importância na humanidade e seu papel na sociedade. A partir do movimento de busca e consciência crítica, descobrimos também as injustiças e a realidade de um mundo onde habitam opressores e oprimidos. Como dito, dentro de cada pessoa oprimida existe um opressor que possui a ilusão de que atua como opressor e para que seja construída uma

significativa pedagogia da libertação se faz necessário que o oprimido tenha consciência que existe um opressor dentro dele, pois assim, será possível a luta por uma transformação de consciência.

Dessa forma, quando os oprimidos se percebem na situação de oprimidos, é necessário reconhecer o que Freire (1987) nomeia de “aderência ao opressor”, é como se, para o oprimido se reconhecer como tal ele precisa se identificar como oprimido e ao outro como opressor, quando ele sai da posição de oprimido só lhe resta ser opressor. Para Freire (1987) oprimido e opressor estão na mesma pessoa, com isso é preciso compreender que o indivíduo carrega dentro de si dois conceitos antagônicos, o que causa internamente uma batalha entre “ser ele mesmo ou ser os dois, o oprimido e o opressor” (FREIRE, 1987). Por isso, a importância de um movimento rigoroso entre ação e reflexão.

Diante das situações opressivas que interferem no processo de humanização, nos deparamos com as situações-limites. Para entendermos sua essência precisamos compreender o pensamento de Karl Jaspers, referencial teórico que Paulo Freire buscou e acrescentou. Jaspers (1932) relata da seguinte forma as situações-limites: “São como uma parede contra a qual nos deparamos, uma parede que batemos e fracassamos. Não podemos modificá-las, apenas torná-las mais claras, mas sem explicar ou deduzir elas a partir de outros” (JASPERS apud FREIRE, 1932 VOL. 2 p. 178). Para Jaspers o indivíduo, ao compreender uma situação-limite, ele chega em seu limite, são situações que não podemos alterar.

Na concepção de Jasper o conceito “[...] exprime, para o indivíduo, sua necessidade de sempre existir em alguma situação e, em particular, o achar-se na situação de luta, fracasso, culpa e morte” (VIEIRA PINTO Apud FREIRE, 1960, v.2, p. 284). Jaspers possui uma visão mais cética em relação às situações-limites, o autor ressalta que essas situações não são superadas pelos sujeitos, eles apenas as compreendem e as contemplam em sua existência, a solução quando aparece, é apenas para situações específicas.

Para Paulo Freire, a situação-limite é onde se inicia todas as possibilidades, é num clima de esperar que está presente a vocação de *ser mais*. Freire argumenta (1970) que para alcançar a humanização é imprescindível a superação das situações-limites em que os homens e mulheres se acham quase coisificados. Os oprimidos não percebem suas situações-limites, pois estas situações fazem com que se sintam submissos e impotentes ao que lhes acontece em sua realidade.

Para isso, os sujeitos necessitam confrontar essas situações, existe uma possibilidade histórica de superação das situações que limitam as oportunidades do sujeito no mundo. É no

pensar crítico e no agir frente às fronteiras que reprimem as possibilidades que existe a chance da ultrapassagem desses obstáculos. É na sua condição fundamental da história: sua continuidade. Paulo Freire revela da seguinte forma as situações-limites:

[...] as “situações-limites se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa senão adaptar-se”. [...] em síntese, as “situações-limites” implicam a existência daqueles a quem direta ou indiretamente “servem” e daqueles que “negam” e “freiam” (FREIRE, 1987, p.130).

Nesse sentido, as situações-limites são o ápice para compreender as possibilidades de superação desses obstáculos que freiam os sujeitos no mundo. Para a superação das situações-limites é necessário a passagem pelos “atos-limites” ou seja, a ação frente a essas situações de opressão. É nesse sentido que os sujeitos que compreendem que sua realidade está condicionada mas não determinada

O inédito-viável se configura para Freire como “palavra-ação”, portanto práxis, e nesse sentido o dever em mudar o mundo e por ele também ser transformado. O inédito-viável se nutre da inconclusão humana e de suas inúmeras possibilidades. É indispensável ressaltar que ninguém liberta ninguém, e de acordo com Freire (1970) a libertação ocorre em comunhão. Pronunciar o mundo é existir humanamente, (FREIRE, 1987), é encontro de seres humanos, é diálogo, amorosidade. Freire apresenta o conceito de “inédito-viável” no livro pedagogia do oprimido, o autor salienta que para confrontarmos essas barreiras impostas que freiam nossas possibilidades de *ser mais*, que são as situações-limites, e que ao nos depararmos com elas temos duas opções: transpor essas situações ou nos conformarmos com elas. E quando optamos por rompê-las é porque a situação-limite foi percebida criticamente e assim agimos para superá-las.

Freire (1987) ressalta que para enxergar e enfrentar as situações-limites devemos perceber as contradições que as envolvem. O autor argumenta:

[...] Se os indivíduos se encontram *aderidos* a estas "situações-limites", impossibilitados de “separar-se” delas, o seu tema a elas referido será necessariamente o do *fatalismo* e a “tarefa” a ele associada é a de quase não tem “*tarefa*”. (FREIRE,1987 p. 148)

Nesse sentido, para atingir o inédito-viável, é necessário uma "consciência real" ao nível que os homens e mulheres vejam possibilidades para além das situações-limites, e não se deem fadados às factuais que os condicionam.

Aos que se encontram negados a esse direito necessitam reconquistá-lo, a fim de que cesse esse ato desumanizante. Conquista do mundo para a libertação dos seres humanos que o fazem e são feitos por ele (FREIRE, 1995). E ao perceberem-se como seres que romperam as barreiras que antes o desumanizavam e se fazem cada vez mais críticos, seres que dirigem a própria história, nasce a percepção do inédito-viável. É na denúncia das situações-limites e no anúncio do inédito-viável, nessa ação dialética entre ação-reflexão - reflexão-ação; que o processo para a ação libertadora toma forma, em que os seres humanos se percebem como seres constituintes no mundo e com o mundo. É no compromisso da ação dessa superação que emerge o potencial para a transformação. É o inédito-viável que ocupa o espaço de esperança histórica e a partir daí com a articulação desses sujeitos que a possibilidade de mudança se instaura, no agir coletivo.

1.2 Relação EU-TU

O encontro com as mulheres da APAC surge de um desejo e de uma crença que é sustentada por uma perspectiva de que o ser humano se realiza na comunidade, na relação intersubjetiva do indivíduo com o outro, efetivada pela força da palavra dialógica “Eu-Tu” (ZUBEN, 2003, p. 17). Uma relação que incorpora o outro, que compreende que ele está para mim tanto quanto eu estou para ele, mas não no sentido de coisificar o outro, de considerar que o outro está diante de mim numa relação de vínculo, que é direcionado a ir ao encontro um do outro. Buber descreve isso em seu livro “EU-TU”, da seguinte forma:

“Uma palavra a princípio é o par Eu-Tu. A outra é o par Eu-Isso na qual, sem que seja alterada a palavra princípio, pode-se substituir Isso por Ele ou Ela. Desse modo, o eu do homem é também duplo, pois o Eu da palavra princípio Eu-Tu é diferente daquele da palavra princípio “Eu-Isso” (BUBER, 2001, p.51).

Buber revela que os encontros devem ter como princípio uma aproximação e que esse tipo de encontro só é verdadeiro se tiver presença, diálogo, escuta e entrega total. O seguinte texto revela:

Logo somente na relação Eu - Tu se pode falar propriamente em alteridade, porque o Tu atua em reciprocidade e simultaneidade. Estamos diante de um pensamento segundo o qual o sujeito se constitui no encontro com o outro, inaugurando uma cadeia de relações que inclui as pessoas, grupos e até a natureza. Porém, as relações constitutivas como Tu são com um outro Eu. Esse aspecto se esclarece no posfácio escrito pelo autor em Eu e Tu, a relação com o isso não se realiza como alteridade.

(CARVALHO,2017, p.204).

Dialogamos com alteridade autêntica, na reciprocidade com as mulheres em cárcere, com Paulo Freire e com Carolina Maria de Jesus, autora do livro “Quarto de despejo- diário de uma favelada, 1960”. Carolina foi contemporânea de Paulo Freire e ao fazer seus relatos diários sobre os acontecimentos da sua vida na favela, Carolina fazia sua leitura de mundo, denunciava as situações de opressão recorrentes no seu dia a dia. Nesse constante movimento de denúncia das opressões, Carolina se inseriu na história como um ser atuante e crítico, em busca da superação das situações-limites impostas, na busca incessante do *ser mais*.

Carolina Maria de Jesus ou Bitita, nome característico da infância, é uma das maiores escritoras da literatura feminina afro-brasileira, nasceu em 1914, em Sacramento, Minas Gerais. Vinha de uma família de pais analfabetos, a mãe era lavadeira e se mudaram para Minas por conta das atividades pecuárias da região. Carolina frequentou a escola somente por dois anos, tempo em que aprendeu a ler e a escrever, não teve uma infância fácil, e após a morte da mãe mudou-se para São Paulo onde iniciaria uma caminhada de percalços. Sempre teve gosto pelos livros. Aos finais de semana, quando tinha o direito à folga, preferia envolver-se com os livros na biblioteca da casa de seu primeiro patrão. Construiu seu barracão na favela do Canindé e era mãe solteira de três filhos, os educou e os escolarizou: José Carlos de Jesus, João José de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima. Carolina foi muito além da obra Quarto de despejo, possui diversos livros publicados, poemas, poesias, até mesmo uma gravação em disco de vinil intitulada “Quarto de despejo” com doze músicas compostas e cantadas por ela. Ao publicar seu primeiro livro, “Quarto de despejo”, com mais de treze traduções, o qual o jornalista Audálio Dantas contribuiu para a publicação, Carolina foi desmoralizada, duvidavam que uma negra periférica teria conhecimento para escrever o que Carolina escreveu; após um sucesso estrondoso do primeiro livro, Carolina sofre com o não reconhecimento dela na favela. (TVE, Nação, 2015)

Hoje, conhecida internacionalmente, os livros de Carolina estão no mundo todo, apesar de ser mais estudada e debatida no meio acadêmico, sendo fonte de diversas pesquisas, Carolina comove e sensibiliza quem a lê, e nada a impedia de escrever. É notória a importância da leitura da obra de Carolina para a contextualização da atualidade brasileira, sua literatura viva expressa e denuncia o descaso com as camadas populares. Por isso a importância de se falar cada vez mais de Carolina, de manter viva uma história que um Brasil quer apagar. Falar de Carolina e da obra “Quarto de Despejo” é falar de fome, miséria, descaso político, machismo, discriminação racial e social, mas também de luta, busca de

conhecimento e mudança de vida.

A obra, escrita no formato de diário, retrata a cotidianidade de Carolina na favela. Nele, ela narra a tristeza e a crueldade de uma vida regrada pela sobrevivência, a luta incessante de pôr comida na mesa, para ela e para seus filhos. Para Carolina, a fome tinha cor e era amarela. Carolina tem uma escrita sensível, narra um Brasil doente, digno de mudanças, no ato de denunciar as opressões que sofriam, Carolina gera um incômodo ao Brasil. A partir da sua leitura de mundo e seus conhecimentos, Carolina escrevia sua história de forma crítica e intencionada, apesar de toda a tristeza que a realidade na favela a ela era imposta, cabia espaço para a beleza e a poesia nos seus escritos.

É evidente no livro “Quarto de despejo” a dimensão significativa-existencial que a escrita possui em sua vida, por meio da escrita, Carolina re-existe. E é na sua re-existência pela escrita, que Carolina descreve situações-limites presentes na favela do Canindé nos anos 1960. Carolina expõe uma visão exotópica, ou seja, um olhar para si, a partir do qual se distancia de sua realidade, para então, poder analisá-la. Esse movimento é descrito por Freire como codificação e decodificação. Ou seja, no movimento de codificação o indivíduo se depara com uma situação existencial, sendo assim, por meio da observação daquela situação ou com perguntas realizadas por algum educador esse sujeito vai descaracterizando suas percepções sob a codificação analisada. No processo de decodificação, o sujeito inicia uma “cisão” daquela realidade. Freire (1987) revela que quanto mais cindem e percebem as contradições expostas o sujeito que atinge uma nova percepção, um novo conhecimento, compromete-se a um processo de re-ad-mirar sua anterior admiração da realidade. Carolina (1960) nos apresenta um processo de ad-mirar, no seguinte trecho ela escreve:

[...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora do uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1960, p. 33)

Para Paulo Freire (1975) “ad-mirar” implica pôr-se em face do não eu, ou seja, fazer um movimento de se deslocar da realidade e partir para o movimento de devassar essa realidade, movimento que Carolina faz no trecho quando expõe seu sentimento que ao estar na cidade ela sente que está na sala de visitas, mas na favela o sentimento é de estar no quarto de despejo, lugar destinado aos entulhos, ao que não serve à sociedade. Nesse sentido, é pensando em termos cada vez mais críticos que os sujeitos vão tornando sua visão mais ampla das situações. De acordo com Freire (1977) a tomada de consciência se dá no “contexto concreto”, ou seja, é

na experiência cotidiana, e com toda a dramaticidade que ela implica que os oprimidos tomam consciência de sua condição, é na imersão e sua cotidianidade.

Nessa circunstância, no processo de admiração da própria vida, de distanciar-se da realidade vivida para então analisá-la criticamente, Carolina o faz por meio da escrita dos diários. A escrita trazia para Carolina momentos de paz, escreveu sua realidade não para admirar, mas para denunciar.

O diário na maioria das situações carrega consigo os mais íntimos desejos e aspirações e não seria diferente no diário de Carolina. Apesar de seu caráter privado, a necessidade de denúncia e anúncio são marcantes, notamos também a difícil relação com o outro, a solidão de ser uma mulher que enxerga o mundo com a realidade opressora e em algumas situações a necessidade cada vez maior de encontrar-se na solidão de seu interior. Assim, o diário é a marca de sua escrita, no qual por meio dos relatos diários de sua realidade e dos seus mais íntimos desejos, Carolina expõe sua vida, suas angústias, suas críticas à sociedade, mas também afirma sua humanidade. Uma fala em primeira pessoa que ecoa em todas as singularidades da vida na favela. Carolina acreditava que as palavras não mudam o mundo, mas ajudavam a contar o mundo e a inventar o mundo, na ação da escrita ela cria um mundo no qual consegue viver. Catadora de papel, mulher negra, mãe solteira, pobre e favelada, Carolina é consciente do empoderamento trazido pela escrita.

[...] Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. [...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidade. [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. Fiz o café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela Dalva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama (JESUS, 2000, p. 52).

Em sua obra, Carolina defendia fielmente a ideia de sermos seres em constante busca de conhecimento, para nos tornarmos indivíduos questionadores e assim podermos melhorar as condições de vida. Os estudos sempre foram o ponto crucial em sua obra, ressaltando que a educação seria capaz de mudar a vida e as condições na favela. Nesse ponto, podemos observar a estreita relação entre Carolina e as teorias de Freire. Em outras palavras, Paulo defendia uma educação comprometida, capaz de ensinar os alunos a serem sujeitos pensantes e problematizadores da realidade, para assim serem capazes de alcançar mudanças. Ambos viam o mundo como um lugar para modificar-se, ambos estavam descontentes com o mundo em que viviam.

Dois autores que acreditavam na reciprocidade das relações, do estabelecimento

profundo do envolvimento pessoal, em uma relação autêntica com o mundo. E para isso, é preciso uma relação EU-TU, a qual ocorre com responsabilidade e o compromisso com o diálogo autêntico, na escuta ativa e viva. Não no monólogo e nem em um diálogo técnico, que por vezes apoia-se no ato de influenciar, ou de apenas estar em contato com o outro. Nesse sentido, Freire afirma:

O eu dialógico, pelo contrário, sabe que exatamente o tu que o constitui. Sabe, também, que, constituído por um tu -um não-eu- esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Dessa forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu. (FREIRE, 1983, p. 196)

Portanto, por mais que Paulo Freire e Carolina Maria de Jesus nunca tenham se encontrado eles caminhavam ao encontro, dois “eus” que se reconhecem no “tu”. Dois autores que eram movidos pela indignação do mundo, dois autores que buscavam mudanças, dois autores que dialogavam autenticamente. Paulo Freire e Carolina Maria de Jesus estavam no mundo e com o mundo, na relação EU-TU, do encontro, da presença, da responsabilidade. E é nessa relação que muitos se reconhecem próximos de Carolina e de Paulo. Sendo assim, Paulo e Carolina, vidas e obras tão significativas, realidades e vivências tão distintas. Uma mulher que diante das inúmeras barreiras posicionava-se sobre as mazelas do mundo, que confrontava suas situações-limites e que desafiava o mundo por meio da escrita, Carolina é o anúncio de um inédito-viável. Freire, um homem que acreditava nos homens e nas mulheres e na sua condição de serem sujeitos da sua própria história, ambos lutavam incessantemente pela libertação dos oprimidos, lutavam por muitas Carolinas. Ambos movidos por uma busca incansável de um *ser mais*.

CAPÍTULO II

Mulheres no cárcere e a APAC

As mulheres nunca foram alheias ao trabalho, em todas as épocas e lugares elas contribuíram e contribuem significativamente para a subsistência familiar, para a produção de riqueza e, sem dúvida, para o crescimento substancial da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Trataremos da contextualização histórica da inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil a partir de meados do século XIX, período em que houve um crescimento substancial da participação desse segmento, em virtude da expansão industrial e urbanização no país, causando profundas transformações no mundo e na vida de homens e mulheres.

Segundo Rago (2001), entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX no Brasil, grande parte do proletariado era constituído por mulheres e crianças imigrantes, por representarem um grande percentual da força de trabalho disponível e de pouco custo. Esta mão de obra constituía-se basicamente de camponeses recém-chegados do campo e, dentre eles, mulheres migrantes. Na época, a política adotada pelo governo brasileiro era atrair milhares de migrantes europeus, tanto para trabalhar nas lavouras, quanto nas fábricas que surgiam nas cidades substituindo, por sua vez, a mão de obra escrava. Frente a isso, as mulheres brasileiras pobres, especialmente negras, continuaram, após a abolição, a ocupar postos de trabalho desqualificados, recebendo baixíssimos salários e péssimo tratamento.

De acordo com documentos oficiais da época e estatísticas fornecidas por médicos e autoridades policiais foi possível constatar um grande número dessas mulheres como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, doceiras, vendedoras de rua e prostitutas (RAGO, 2001, p.582). Nas fábricas, essas trabalhadoras contribuíram para a descrição de um perfil de “força de trabalho ideal” e de pouco custo para a produção: jovens, sem responsabilidades familiares (solteiras e sem filhos) e com baixa escolaridade em sua grande maioria, mas que, em contrapartida, não apresentavam no trabalho qualquer anseio reivindicatório, exprimindo contentamento com sua condição de operária.

A construção social patriarcal, cujas representações que atribuem exclusivamente à mulher os cuidados do lar, reforçam a desigualdade. Apesar das constantes ações reivindicatórias promovidas pelas operárias, através de greves e mobilizações políticas contra a exploração do trabalho nos estabelecimentos fabris, nas décadas de 1890 e 1930, elas eram geralmente descritas como “frágeis, desprotegidas e vulneráveis aos olhos da sociedade” (RAGO, 2001, p.578). Diante disso, percebemos que a relação de gênero nesse contexto tem

grande importância no que concerne ao reconhecimento e valorização do trabalho feminino, pois, a representação social construída historicamente a respeito das atribuições de homens e mulheres serve para tornar invisível e secundário o trabalho das mulheres.

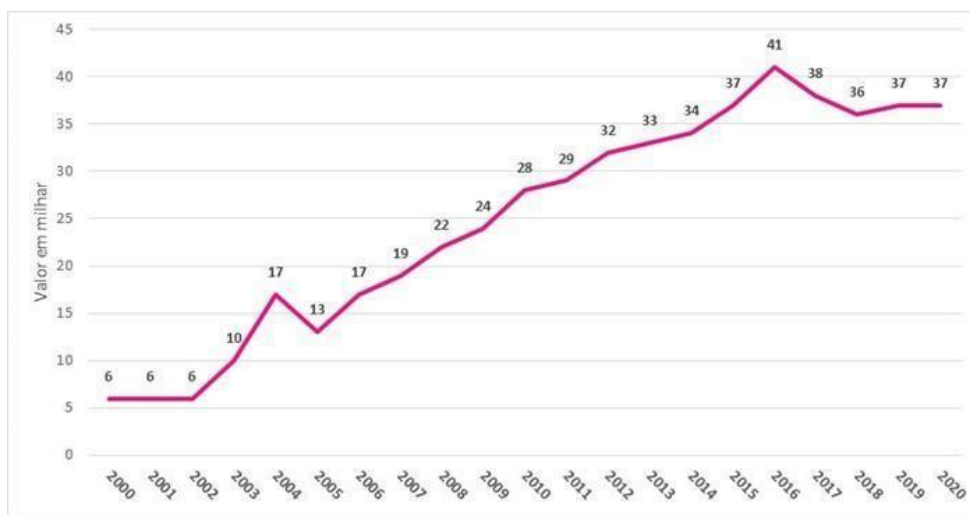
O patriarcado e todo seu sistema de relações reflete a situação da mulher perante a sociedade e sua vulnerabilidade social, a questão de gênero claramente atua como fator de desigualdade em sua vida, sobretudo quando se trata do sistema prisional brasileiro. A nossa atual população penitenciária é apenas o espelho da enraizada cultura e eventos passados ocorridos no país.

O primeiro ponto a ser tratado é a desigualdade existente entre homens e mulheres dentro das relações de trabalho e emprego. É categórico afirmar que a divisão sexual do trabalho advém da construção cultural perante o modelo patriarcal de família. A mulher já começa em uma condição de vulnerabilidade e desprivilegio a partir de um estigma de inferioridade no mercado de trabalho. Como é possível perceber, o mercado de trabalho formal se apresenta para a maioria das mulheres como um lugar que reflete as discriminações sexistas, com baixos salários, trabalhos precarizados e de baixo prestígio.

Logo, a dificuldade de inserção e oportunidade de emprego somadas às condições sociopolíticas e econômicas (crise econômica, má distribuição de renda, desigualdade social, pobreza e desemprego) foram fatores de imensa contribuição para o crescimento da economia denominada por informal, comandada em sua grande maioria pelo gênero feminino. É possível constatar, portanto, que nesta categoria econômica existe um limite turvo entre lícito e ilícito. No caso da mulher, a atividade ilícita do tráfico de drogas aparece como estratégia de sobrevivência para prover o sustento próprio e dos filhos.

Nos últimos 20 anos, o total de pessoas do sexo feminino privadas de liberdade saltou de cerca de 6.000 no ano 2000 para 37.165 em 2020. Este quantitativo corresponde a 4,89% do total de pessoas presas no Brasil e deixa o país na 5ª colocação entre os que mais encarceram mulheres. Ainda que em números absolutos esse total seja baixo em relação à contraparte masculina, os dados do SISDEPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais) revelam que o aumento de mais de 600% da população carcerária feminina ultrapassou em ritmo a taxa masculina, que cresceu aproximadamente 500% (de 137.000 em 2000 para 722.353 em 2020). O cenário acompanha a tendência mundial: apesar das mulheres representarem uma parcela pequena, o encarceramento delas tem aumentado mais rapidamente.

Aprisionamento feminino (valores em milhar) – 2000-2020



Fonte: SISDEPEN

O movimento ascendente de encarceramento feminino foi reconhecido em 2010 pelas Regras de Bangkok (Documento produzido pela Organização das Nações Unidas, que traça diretrizes para o tratamento de mulheres presas e de medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras) cuja elaboração considerou, entre outros aspectos, as vulnerabilidades das prisioneiras e o perfil de baixo risco de muitas delas. Entretanto, estas não são as únicas especificidades quando se trata deste grupo. Segundo o documento, a insuficiência de ações específicas para as mulheres em cumprimento de pena, ignora o impacto sofrido por filhos e dependentes, especialmente bebês e crianças, resultante do aprisionamento da mulher responsável por sua guarda e proteção. O encarceramento da mulher também reflete em maior dificuldade de reintegração social devido, entre outros fatores, à baixa empregabilidade típica dos egressos agravada pela exclusão social da mulher no contexto da desigualdade de gênero, pelo isolamento familiar e social sofrido pelas detentas durante o cumprimento da pena e pela falta de políticas afirmativas visando a reintegração das presas de acordo com suas necessidades e vulnerabilidades específicas.

Quanto aos crimes que levaram as mulheres ao cárcere, observa-se a predominância do envolvimento com o tráfico de drogas em porcentagem consideravelmente maior que os homens. Dados do SISDEPEN indicam que 57,76% das presas cumprem pena por este crime,

enquanto, entre os homens, o percentual é de 31,23%, atrás dos crimes contra o patrimônio que correspondem a 39,3%. Ademais, essas mulheres entraram na atividade, majoritariamente, buscando a própria subsistência e de seus dependentes ou para sustentar um vício.

Assim, o tráfico surge como a fonte de renda básica e garantia da sobrevivência da família dessas mulheres, num contexto de políticas sociais insuficientes, alto desemprego e crise financeira do país. Entretanto, a prisão delas em pouco afeta a atividade: a maioria cumpria funções de pouca importância no momento de sua prisão, como o varejo ou atuando como mulas no transporte nacional e internacional. Distantes dos traficantes mais influentes, as mulheres nessa condição atuam como distração estratégica para que o transporte em maior escala ocorra despercebido pelas autoridades competentes.

A mulher se apresenta vulnerável antes e durante o cometimento do crime, assim como em sua vida no cárcere. Sua vulnerabilidade de gênero é social, pois o mercado de trabalho é opressor e segregativo. Sua vulnerabilidade de gênero atua no âmbito criminal, já que o tráfico de drogas se apresenta como uma das saídas para sua sobrevivência e, por sua vez, propicia a seletividade penal do sistema. Sua vulnerabilidade de gênero continua se reproduzindo dentro da prisão, tendo em vista que esta é sempre lembrada de condição de criminosa e invisibilizada em todas as suas necessidades específicas.

Contudo, ressaltamos a situação da mulher na sociedade e como esta sempre foi vítima de um sistema patriarcal, destacamos também os embates econômicos brasileiros que marcaram a desigual atuação da mulher no mercado de trabalho, atraindo como consequência formas ilícitas de sobrevivência. Nesse sentido, também problematizamos que pesquisas acadêmicas estão sendo realizadas sobre mulheres privadas de liberdade, e após buscas em sites como SCIELO, google acadêmico etc, encontramos poucas pesquisas e ao encontrá-las abordam temas como a sexualidade da mulher e suas condições dentro do cárcere, porém pouco encontramos projetos desenvolvidos dentro destes lugares com essas mulheres. A par de todas essas questões adentraremos na temática que trata do sistema penitenciário brasileiro, especificamente das APACs, como uma forma de mostrar o destino de muitas mulheres que têm a trajetória marcada pelo cárcere.

APAC

O método APAC surgiu em 1972, na cidade de São José dos Campos/SP. Sua sigla atualmente carrega como significado os dizeres “Associação de Proteção e Assistência ao Condenado”, mas nem sempre foi assim. A partir da ideia surgida pelo advogado e jornalista Mário Ottoboni e com a ajuda de um grupo religioso que pretendia reeducar sentenciados a partir de um método humano, cristão e missionário, foi fundada a entidade “Amando o Próximo Amarás a Cristo”, sendo suas iniciais formadoras da sigla “APAC”. Em seu livro “Testemunhos de minha vida e a vida de meus testemunhos” de 2012, Ottoboni conta, através de sua experiência no Movimento de Cursilho de Cristandade em 1969, como aconteceu sua conversão espiritual que foi tão importante para que pudesse criar o método. A partir dali ele e o grupo formado pelos missionários passaram a buscar um apostolado no qual pudessem contribuir, até que em determinado momento sentiram o chamado de Jesus para trabalharem com presos.

O caráter missionário e religioso foi de suma importância para a fundação e perpetuação do método apaqueano, como se pode perceber claramente pelo próprio relato de Ottoboni em seu livro mencionado. Além disso, tal caráter formou em si mesmo muito do que é hoje o método na prática. As APACs, atualmente, contam com um contingente enorme de trabalhadores voluntários, que por motivação particular resolvem disponibilizar um pouco do seu tempo para acompanhar os recuperandos em suas atividades, sendo o trabalho remunerado apenas restrito ao setor administrativo da entidade. Fica claro o quão determinante é o envolvimento da sociedade civil para que o método possa ser efetivado.

Em julho de 1975, com a ajuda do juiz Sílvio Marques Netto, da 2ª Vara Criminal de São José dos Campos/SP, que aconselhou Ottoboni e o grupo de missionários, foi fundada uma Associação Civil para trabalhar com os presos com a finalidade de atestar seu bom comportamento, facilitando desta forma a recolocação profissional, que o preocupava tanto naquela época. Nesta ocasião o significado da sigla APAC foi alterado para Associação de Proteção e Assistência ao Condenado até mesmo para facilitar seu registro civil como entidade civil de direito privado. Nesse contexto, a APAC foi criada como uma forma alternativa de execução penal, em que o sentenciado, caso se dispusesse a seguir as normas pré-determinadas pelo método, cumpriria sua pena neste estabelecimento.

O objetivo da ideia de Ottoboni é que esse tempo do cumprimento de pena seja determinante à recuperação social e espiritual do recuperando, além de que visaria a proteger

a própria sociedade, socorrendo as vítimas e promovendo, dessa forma, a própria justiça restaurativa no âmbito do direito penal. No Brasil, a partir da primeira experiência que teve êxito, a APAC implementada em São José dos Campos, houve, de forma crescente, a implementação do método também em diversas outras comarcas, principalmente no estado de Minas Gerais, como em Itaúna, Sete Lagoas, São João Del Rei e Campo Belo. Segundo o próprio criador do método, a entidade “trata da função social da pena, que é a recuperação do condenado” (OTTOBONI, 1997, p.45- 46). Ainda segundo as palavras do seu criador, cada unidade possui [...] vida própria e todas são filiadas à FBAC – Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados –, reconhecida de utilidade pública, que tem por objetivo orientar, dar cursos, assistir juridicamente, manter a unidade de propósitos, além de promover a cada três anos congressos de seus filiados para estudar os problemas ligados à socialização do condenado (OTTOBONI, 1997, p.45-46).

A FBAC (Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados), entidade jurídica, foi fundada com o objetivo de acompanhar, congregar, orientar, fiscalizar e amparar as APACs do Brasil e do mundo de acordo com a perspectiva apresentada por Ottoboni. A partir de então, considerando essa recuperação mister do indivíduo e sua recolocação na sociedade, considera como meta a humanização do cumprimento de penas privativas de liberdade, ao oferecer ao condenado condições de recuperar-se e, ainda, proteger a sociedade. Seu método pode ser orientado pela seguinte expressão: “matar o criminoso e salvar o homem”. O método criado por Ottoboni parte do pressuposto de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado e humano durante sua recuperação. Ele propõe 12 (doze) elementos ao método, e eles possuem como plano de fundo a própria Lei de Execuções Penais, de forma que esta pudesse ser efetivada na prática com todos os seus princípios norteadores. Os elementos em sua totalidade são: 1) participação da comunidade; 2) recuperando ajudando recuperando; 3) trabalho; 4) religião; 5) assistência jurídica; 6) assistência à saúde; 7) valorização humana; 8) a família; 9) o voluntário e sua formação; 10) Centro de Reintegração Social; 11) mérito do recuperando; e 12) Jornada de Libertação com Cristo.

Após uma breve discussão sobre o cárcere feminino e os fundamentos da APAC entraremos especificamente na discussão das APACs femininas com destaque para a APAC feminina de São João del Rei. Entendemos melhor o sistema apaqueano na seguinte citação:

As APACs abrangem os três tipos de regime: fechado, semiaberto e aberto. Na penitenciária de São João del-Rei, no entanto, há cumprimento de regime

provisório, fechado e semiaberto conforme o estágio de cumprimento da pena. Todas as recuperandas que têm a oportunidade de estar na APAC necessariamente cumpriram um sexto da pena em regime fechado, em um presídio comum. A passagem para a APAC acontece por meio de um processo que envolve, inicialmente, a escrita de uma carta manifestando interesse em estar na APAC. (LEITE, 2019, p.35)

Dessa forma, após analisarem tal carta existe uma audiência pública da qual participam membros do jurídico e do CSS (Conselho de Sinceridade e Solidariedade) que decidem por aprovar ou negar a entrada dos indivíduos e tal análise não segue critérios específicos variando de acordo com o presidente de cada instituição. Seguindo os trâmites, com a entrada de novas recuperandas acontece o processo de triagem, em que as futuras apaqueanas passam dez dias isoladas dentro dos dormitórios e a elas é passado todas as regras e informações necessárias para o entendimento do regime. Estas mulheres também assinam um termo de compromisso que contém todos os princípios explicados pelos conselheiros. Contudo, observamos que “a progressão de regime depende do tempo de pena, do cumprimento da mesma e do comportamento da mulher durante o vínculo com a instituição.” (LEITE, 2019, p.35)

No que diz respeito à estrutura física da APAC feminina de São João del Rei destacamos que:

foi viabilizada com recursos provenientes de prestações pecuniárias e tem capacidade para receber 80 mulheres privadas de liberdade. O prédio, com área de 1.200 m², conta com dormitórios separados por regime de cumprimento de pena, salas de aula, berçário, cozinha, dormitórios para visita íntima, refeitórios, auditórios para reuniões, entre outros espaços. Esta unidade foi a terceira a ser criada em Minas Gerais e no Brasil, sendo a primeira a receber também presas provisórias. (LEITE, 2019, p.36)

A metodologia adotada na APAC é marcada pela responsabilidade mútua de todas as mulheres nas funções cotidianas da instituição, a fim de contribuir para a autonomia e os processos de ressocialização das mesmas. Estas recuperandas também desenvolvem trabalhos com assistência da comunidade. Contudo, as atividades são desenvolvidas “com a colaboração das recuperandas, tendo como suporte os funcionários, os voluntários e os diretores da entidade, sem a presença de agentes penitenciários e policiais”. (LEITE, 2019, p.37). No que diz respeito à APAC feminina de São João del Rei, podemos destacar o que consta no sítio eletrônico da instituição.

A APAC atua como entidade auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo, respectivamente na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto. A unidade feminina em São João del-Rei, foi construída com sede própria no dia 9 de março de 2018. As mulheres que vivem o regime na Associação são em sua maioria nativas de São João del-Rei e tiveram a sua vida escolar na região das vertentes. Constata-se essa realidade, porque a Instituição declara que a prioridade de assistência é para mulheres nativas da cidade ou que tenham familiares residentes, afim de garantir a proximidade e um contato com a família das mesmas. Isto parte da percepção que a diminuição do abandono destas mulheres auxilia o processo de ressocialização das mesmas. (LEITE, 2019, p.37)

Podemos ver como o método criado por Mário Ottoboni ressignificaria a proposta que temos atualmente de método de cumprimento de pena privativa de liberdade e como ele se mostra tão atualizado aos princípios constitucionais. Seus elementos formadores do método já trazem essa realidade, como o incentivo ao trabalho e aos estudos; o contato do sentenciado com a família (permanência do contato social); incentivo a autoestima para que possam vislumbrar um futuro melhor para si mesmo; a assistência jurídica; o cuidado com a saúde e alimentação dos internos; sendo todos esses elementos corroborados da visão principal do método: a valorização humana. A socialização se torna o ponto fundamental de diferença entre os dois métodos e torna as consequências de ambos tão importantes de serem observadas. A APAC mais que uma alternativa, se torna um modelo a ser seguido e efetivado, não só porque o sistema prisional tradicional está em crise, mas porque é um método humano, ressocializador e que efetivamente funciona.

CAPÍTULO III

Metodologia

O projeto de extensão: "Escrivivências: catando histórias e autorando a própria vida" desenvolvido na (APAC) feminina, de São João del Rei, contou com a realização de círculos de leitura crítica, nos quais as mulheres privadas de liberdade eram instigadas a dialogar sobre determinadas temáticas a partir da leitura do livro "Quarto de Despejo". Contamos com a média de nove mulheres que participaram assiduamente dos encontros semanais. Dessa forma, é a partir do projeto de extensão e de todo material levantado e produzido por essas mulheres que desenvolvemos nossa pesquisa de trabalho de conclusão de curso. Partindo do contexto dos círculos de leitura crítica entendemos que:

[...]a metodologia dos Círculos de Leitura Crítica muda o foco da leitura mecânica e do processo de decodificação de palavras para uma abordagem que seja capaz de desafiar a reflexão crítica, estabelecendo uma conexão do texto lido com a realidade vivida pelo sujeito leitor. Sob essa perspectiva, intenciona superar a leitura superficial, muitas vezes reduzida ao mero lidar com perguntas e respostas sobre o texto lido. O leitor crítico traz para o texto o mundo que ele lê e como o apreende dentro do contexto histórico em que vive, de modo a reescrever o lido (e também o vivido) a partir da construção de sentidos próprios e múltiplos. (RAMOS, FERREIRA, RODRIGUES, 2020, p.128)

Destacamos que a partir dos círculos de leitura as mulheres privadas de liberdade eram instigadas a desenvolver registros em seus diários e é da análise desse material que baseamos nossa pesquisa pois:

os debates desenvolvidos nos Círculos de Leitura Crítica são geradores de múltiplos sentidos, em busca de que o leitor e a leitora possam criar seus próprios textos com base no que foi lido ao refletirem/refratarem a ideia apresentada pelo autor. Fazemos, assim, uma leitura que extrapola os limites do texto, que permite aos leitores construírem relações entre a leitura de mundo que possuem e a leitura do texto que lhes é apresentado. (RAMOS et al 2020, p.129).

A metodologia do nosso trabalho consiste em pesquisa bibliográfica e análise de documentos. Dessa forma, em um primeiro momento, fizemos o estudo bibliográfico de Paulo Freire, realizando a leitura do livro *Pedagogia do Oprimido* (1968) e a obra de Carolina Maria de Jesus o livro "Quarto de despejo - diário de uma favelada" (1960). Buscamos compreender em nosso trabalho de conclusão de curso como as mulheres privadas de

liberdade significam a própria história a partir da leitura crítica da obra “Quarto de despejo” e como, estas, problematizam situações-limites e anunciam possibilidades.

Para isso, após realizar a leitura do livro e fazer o levantamento de temas, no decorrer do projeto trabalhamos com fichas de cultura, as quais eram levantadas pelas próprias mulheres inseridas no projeto, surgindo temas como: revolta, dor, injustiça, desumanização, desamor, violência policial, medo, tiro, mortes, racismo, famílias destroçadas, maternidade, fome, escola, entre outros.

Ao realizarmos a investigação temática, levando imagens, vídeos, músicas, diferentes recursos relacionados ao tema, produzimos um pequeno roteiro para guiar a conversa com as mulheres atuantes do projeto. Freire ressalta que investigar o tema gerador é investigar o pensar dos homens referido à realidade, é investigar seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis (FREIRE, 1968).

A análise do material, conforme Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Um dos materiais a ser explorado é a escrita em diários, o diário é algo íntimo, de caráter pessoal, lugar que abrange a escrita poética e de narrar situações de forma subjetiva. O diário permite escrever e reescrever sobre si. A escrita em diários é uma forma “de se conhecer melhor através da escrita” (ARIÈS, 1991, p. 11). Dessa forma, buscamos com muito cuidado e responsabilidade trabalhar com esse material, pois ele também serviu como um recurso por meio do qual elas podiam se expressar sem o julgamento das outras colegas do regime, uma vez que os encontros reuniram com todas.

Além dos diários, também gravamos nossos encontros de círculos de leitura crítica, sendo assim, além das anotações nos cadernos, temos os registros das falas das mulheres no momento de sua participação nos círculos. Para isso, tivemos o cuidado em manter o sigilo das identidades neste trabalho e transcrever no formato em que foram relatadas suas percepções. Os encontros foram realizados de forma remota, devido a pandemia do COVID-19, de uma forma que possibilitava uma narrativa livre destas mulheres, na qual elas podiam se expressar elencando aquilo que era mais significativo em suas vidas.

A partir disso, conhecemos suas histórias de vida, o que possibilitou que conhecêssemos a história do tempo e do espaço em que vivem. Sendo assim, tomavam forma em seus discursos seu tempo histórico, cultural, social, econômico, dados que vinham em formato de perdas, angústias e esperanças. Por meio das histórias de vida percebemos alguns parâmetros que nos conduziram para uma leitura desses sujeitos, de suas identidades e de

suas realidades. Segundo a autora, Leonor Arfuch: “Os métodos biográficos, os relatos de vida, as entrevistas em profundidade delineiam um território bem reconhecido, uma cartografia da trajetória - individual - em busca de seus acentos coletivos” (ARFUCH, 2002, p. 17).

A escrevivência emergiu como uma escolha analítico-metodológica para apresentar as histórias de vida de mulheres privadas de liberdade, que se articulam entre si a partir da trajetória e vida de Carolina Maria de Jesus. Como uma metodologia e uma ética de pesquisa que acreditam que a escrita possa ser uma forma de resistir e anunciar um novo possível. Abordar as vidas de mulheres privadas de liberdade, não como objeto passivo da pesquisa, mas como potência transformadora por meio da escrita literária, é um modo de evidenciá-las como protagonistas de suas próprias histórias.

Portanto, a partir da análise dos documentos (falas e trechos dos diários) finalizamos o nosso trabalho de conclusão de curso traçando um perfil dessas mulheres privadas de liberdade, seguido das denúncias e anúncios por elas relatadas. Ressaltando que a característica marcante de nosso trabalho está em incitar estas mulheres a escreverem sobre suas vidas para assim identificarem momentos de opressão, a fim de superá-los.

CAPÍTULO IV

Análise

1. Perfil

*Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes
Não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz
Sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí
Permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência
Me resumir a sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale
Não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem
É o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir, aí.
(Emicida, AmarElo. In Sample: "Sujeito de Sorte" de
Belchior, 2019.)*

Carolina Maria de Jesus descrevia cotidianamente em seu livro “Quarto de despejo” o que é ser mãe, mulher preta, favelada, pobre, mãe solteira, como sua vida era atribulada, seus sonhos adiados, e seus sofrimentos constantes, também relatava seu gosto pela escrita e principalmente pela leitura e diante disso as nove mulheres que participaram do projeto relataram e escreveram suas vivências. Algumas com traços bem parecidos com os de Carolina, uma vida dura, doída, marcada pela fome, violência, racismo e injustiças sociais. São trajetórias de vida que deixam marcas, feridas que talvez nunca cicatrizaram. Como uma participante relata: “Cada pedaço que eu leio desse livro, é um pedaço da minha vida.” (transcrito da fala de Conceição).

As mulheres do projeto têm nome, gênero, classe social, cor, sentimentos, desejos, e tem muito que falar. Portanto, deixemos que falem e que se apresentem. Sendo assim, seus nomes foram alterados, mantendo sigilo das identidades e no presente trabalho iremos dialogar com nomes de escritoras negras brasileiras. Os trechos são transcritos das falas dos encontros e dos seus diários. Toda transcrição foi feita fielmente à forma que as mulheres colocaram, portanto, os erros ortográficos não possuem correção.

Conceição é uma mulher de cabelos sempre presos, que aos quarenta e três anos tinha o sonho de ser Amélia, em ser do lar e servir ao seu amado. Aos seis anos entrou na escola, mas a mãe a tirou para ir trabalhar com o pai. Foi aos treze anos que conheceu seu marido, dezoito anos mais velho, mas ela diz ter sido paixão à primeira vista, os dois permanecem juntos até hoje. Aos quatorze anos engravidou e juntos têm três filhos. Conceição em seu diário, diz assim:

“Eu sou uma pessoa que acredito num ser superior á que tudo posso. As vezes meiga, humana, outras vezes um ser egoista grossa um forte pensamento iguinorante e raivoso. Não consigo ver nada de bom. So vejo defeito de tão forte é o sentimento de feia. [...] Sempre quis ser Amélia mulher de verdade sonho que nao pude realizar pois sempre tive que trabalhar. Nás pousadas como camareira, domestica, balconista, então assim sou eu.”

Djamila teve uma vida difícil, sua mãe era garota de programa e sendo assim, não tinha muito tempo para a filha. Djamila tinha o sonho de escrever um livro, foi a participante que mais escreveu no diário, mas algumas vezes também rasgou tudo o que escreveu porque não queria que ninguém lesse. Ela ressalta:

“[...] tenho um segredo eu escrevi um pequeno livro. Mas tenho medo de publicar medo do que a sociedade vai achar de mim.” (trecho do diário) Ao longo do projeto, sua participação foi bem variada, pois devido a alguns acontecimentos dentro da Apac, sua presença não era constante.

Maria, mulher dos cabelos brancos e aparentemente a mais velha entre as participantes do projeto, Maria colocava com precisão seus posicionamentos, em um de seus escritos no diário ela diz: “Nasci de oito meses, tive vários problemas de saúde, mais sempre fui meiga, obediente e comecei a trabalhar cedo” (trecho do diário). Mãe, trabalhadora, carioca, Maria relatava muitas saudades de casa.

Mel, mulher de vinte e oito anos, Tiradentina, completou o ensino médio e terminou os estudos na Apac, passando em direito na Universidade Particular Tancredo Neves (UNIPTAN) de São João del Rei. Em seu diário, Mel se define da seguinte forma:

“[...] vejo em mim uma casca por fora, dura, sorriso estampado no rosto, olhos brilhando, cabelos bem tratados, um corpo aceitavel por mim, mas por dentro totalmente diferente, mente que cobra a todo momento seja dura e não deixe a lagrima cair, vença um leão por dia pois a cada obstaculo vencido é um degrau a mais na vida, suporte tudo com garra e não deixe que o outro te pise, pois a vitoria esta por vir. Esta sou eu por dentro e por fora” (trecho do diário).

Lélia é natural de Conselheiro Lafaiete, tem quarenta e nove anos e acabou vindo parar na APAC de SJDR. Lélia largou os estudos na sétima série para cuidar dos irmãos, sua

maior lembrança da infância é da escola e a influência do pai nos seus estudos incentivando-a. Aos dezoito anos recebeu um convite para trabalhar e desde então só voltou a estudar dentro da APAC.

Roberta tem trinta e quatro anos. Estudou até a 4ª série na escola Municipal Aureliano Pimentel e morava na roça. Confessa que vivia matando aula até que um dia a irmã a tirou da escola. Perdeu a mãe com cinco anos e o pai com quinze anos. “Tem um ano que eu aprendi que existem regras e foi dentro da APAC.” (transcrito de sua fala)

Sueli estudou até a 5ª série, ia uma vez na semana para a escola e quando ia era pra desenhar. Formou-se na educação básica pela APAC, e lá está desenvolvendo sua habilidade para desenhar e pretende investir na área da tatuagem. “Minha época de escola foi muito bagunçada” (transcrito de sua fala)

Cidinha possui cinquenta e cinco anos de idade, dois filhos e dois netos. Parou de estudar aos treze anos, engravidou, virou usuária de crack e “perdeu a vontade de estudar” (Trecho de sua fala). Concluiu a educação básica na APAC, faz curso de tecnologia e logística, perdeu um filho, assassinado. Relata em seu diário: “Atraves do espelho posso ver uma mulher guerreira que já passou por varios problemas de vida. Hoje eu sou uma mulher de boas qualidades que já superei meus sofrimentos” (Trecho do diário).

Esmeralda possui quarenta e quatro anos. Em seu diário conta assim:

“Estou me vendo uma pessoa simples é umilde, tristeza. [...] no espelho me vejo uma pessoa as vezes bem e as vezes mal me vejo no espelho e me vejo o que eu sempre fui amorosa e me ajo simples de viver uma mulher guerreira”.

Cada uma destas mulheres se enxerga de uma forma diferente, cada uma ressalta um olhar para si. Traços fortes, personalidades diferentes, variáveis formas de ver o mundo. Se conheceram dentro da APAC, compartilhavam o mesmo ambiente e as mesmas regras, algumas com mais intimidades, outras com certas peculiaridades, cada uma com sua história, com sua trajetória, alguns percalços parecidos. Em nossos encontros era preciso que elas se ouvissem e assim conheciam mais de perto umas às outras.

2. Denúncias

Não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua. (FREIRE, 1992, p. 126)

Começamos a análise destacando a presença constante e significativa do diálogo nos encontros com as mulheres privadas de liberdade e que era por meio dessas relações dialógicas que fomos progredindo pouco a pouco. Dessa forma, acreditamos que é por meio do diálogo que possibilitamos a capacidade de pronúncia ao agir no mundo, e ao fazê-lo, constroem sentidos na mediação com os outros seres humanos em sua integralidade. O diálogo é o elemento articulador da situação-problematização (tensões) em direção às sínteses criativas e críticas das subjetividades das análises da situação problema, colocando em dúvida as certezas que geraram os conflitos iniciais. E foi a partir desses diálogos que foram aparecendo as denúncias, mesmo que num primeiro momento de forma muito ingênua. Trataremos aqui de denúncias, referindo ao conceito usado por Paulo Freire, que não admite uma simples definição, mas que destacamos na seguinte citação:

Nessa expressão transbordam não só relações de poder, forças dialógicas, mas também sinergias, afetuais, amorosas que a saturam e a renovam em incessante devir, enquanto recriam quem as engendra, quem as desdobra, quem as pronuncia e nesse exercício político de diferir, vão reinventando politicamente outro mundo. (STRECK, REDIN, ZITKOSKI, p.49, 2019)

No decorrer dos nossos encontros era comum as falas das mulheres sobre temas como a fome, família, escola, a condição da mulher e a violência. Todas as falas eram carregadas de vivências impactantes e até traumatizantes para as mesmas. Dessa forma, cabia a nós certa delicadeza e responsabilidade ao adentrar nestes temas. Por meio dos encontros emergiram tais temas e estes eram debatidos por elas, a partir das vivências de cada uma dessas mulheres e aos poucos as situações- limites eram reveladas por elas mesmas. Muitas destas mulheres privadas de liberdade ainda assim em determinadas situações optaram pelo silêncio e cabe destacar como Freire ressalta em seus estudos como é marcante uma “estrutura de mutismo frente à força esmagadora das situações-limites” (FREIRE, 1980, p.32).

Cabe ainda destacar que as temáticas levantadas e todas as discussões giravam em torno do livro “Quarto de Despejo” e mais precisamente dos diários e confissões de Carolina Maria de Jesus, por meio dos círculos de leitura crítica. Dessa forma, alguns temas tinham predominância nas falas e reflexões das mulheres privadas de liberdade, como é o caso da fome. O tema fome gerava inúmeras reflexões, por ser um tema muito marcante na vida de Carolina, e as mulheres do projeto se identificavam com seus escritos: O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças. (JESUS, 2014, p.29)

Havia situações em que a denúncia era forte e impactante, notamos isso na seguinte fala: “Eu já passei fome e penso igual a Carolina que o Brasil precisa ser governado por alguém que já passou fome” (Djamila - Trecho transcrito das falas). Ainda discorrendo sobre a mesma temática, outra fala ganha espaço no meio das discussões, no qual uma das mulheres diz: “Eu também já passei fome como a Carolina, já tive que catar lixo” (Cidinha - Transcrito das falas). Carolina relata da seguinte forma:

[...] Fiquei pensando que precisava comprar pão, sabão e leite para Vera Eunice. E os 13 cruzeiros não dava! Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta” (JESUS, 2014, p.12).

Outras falas marcantes ganharam espaço como a de Lélia: “Passei muita miséria, ficava feliz com cesta básica. passei muita necessidade” (Transcrito dos diários) e a de Roberta “A fome não espera, quem tem fome tem pressa. Só quem passou fome sabe o que é” (Transcrito dos diários). Esse ponto relatado por essas mulheres nos revela uma vida atribulada como a de Carolina, uma vida sem ter o que comer, uma vida sem o básico para viver. Em uma de suas falas, Roberta nos revela:

“Eu, quando era mais nova já passei muita fome na minha vida, já trabalhei, ela (Carolina) catava papelão e eu catava latinha, com onze anos de idade eu saía da Escola Aureliano Pimentel aqui em São João, depois da aula, eu com meu sobrinho mais velho [...] nós dois pegava o saco e a gente ia catar latinha, pra ajudar minha irmã. Eu já não tinha minha mãe, meu pai tinha problemas com álcool, ele era alcoólatra. Então, ela catava papelão, eu não, eu simplesmente inverti, em vez do papel fui pro alumínio.”

A fome e o trabalho são temas marcantes na vida de Carolina e das mulheres privadas

de liberdade, a inserção no trabalho ainda no período da infância, a falta de direitos trabalhistas. Uma constante luta para sobreviver. Em um dos trechos de Carolina expressa a dor da fome: “A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome, nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago. (JESUS, 2014. p .44)

Dessa forma, é importante refletir que ao mesmo tempo que estas mulheres denunciam a fome elas também estão posicionando o fato de que apenas quem já passou fome é que entende como é isso, e portanto, elas relatam como Carolina que o Brasil deveria ser governado por alguém assim, pois dessa forma, talvez, as pessoas não passariam fome. Ou seja, ao mesmo tempo que ocorre uma denúncia existe uma problematização do tema. Freire argumenta:

Sendo os homens seres em “situação”, se encontram enraizados em condições tempo-espaciais que os marcam e a que eles igualmente marcam. Sua tendência é refletir sobre sua própria *situacionalidade*, na medida em que, desafiados por ela, agem sobre ela. Esta reflexão implica, por isto mesmo, algo mais que estar em *situacionalidade*, que é a sua posição fundamental. Os homens *são* porque *estão* em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de estar, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão. (FREIRE, 1980 p. 141)

Com o passar dos encontros e com o desenvolver das discussões estas mulheres se sentiam mais à vontade para expor suas opiniões, as falas foram ganhando certa criticidade, deixando de ser apenas repetições e passando a ser denúncias de situações-limites por elas vividas. Contudo, nos primeiros encontros as mulheres no cárcere, ainda pouco envolvidas repetiam o que ouviam e liam a respeito de Carolina Maria de Jesus, no entanto com o desenrolar dos Círculos de Leitura Crítica, nos esforçamos para que elas fossem além e buscassem pensar de forma verdadeiramente crítica sobre as questões propostas. Nesse processo lento e árduo de problematização fazíamos mesmo que de forma demorada com que elas expusessem os obstáculos e barreiras que a elas sempre foram impostas. Sendo assim, vale ressaltar que para Freire (1980) os temas, existem nos homens, em suas relações com o mundo, referidos a fatos concretos.

Outra questão que ganhou força no decorrer dos encontros foi o tema mulher e todos seus encadeamentos. Falar de Carolina e as questões impostas ao gênero feminino era algo que refletia diretamente na imagem delas. Dessa forma, o gênero talvez seja a questão mais impactante na vida destas mulheres, que em muitos momentos se viram marcadas por

situações-limites geradas ou até agravadas pelo simples fato de terem nascido mulher. Em uma dessas discussões Conceição diz: “Acho mulher mais interessada em ajudar a mãe, e os meninos espelham mais nos pais”, “Cozinhar para o meu marido e filhos sempre foi o meu dever”, “Minhas neta vende sorvete na rua”, “Sai de casa pra trabalhar, eu acho que não foi bom. Melhorou a vida da gente, financeiramente melhorou, mas e o resto? [...] passou o tempo, meus fi cresceu e eu não vi nada, eu não tenho lembrança de nada, de nenhum deles.” Ao reproduzir essas falas notamos uma série de machismos impregnados não só nas suas falas mas nos atos, que foram de certa forma determinantes em sua vida.

Além de toda cultura patriarcal inserida na vida dessas mulheres, é preciso observar o sentimento de culpa por sentir que não deu conta de fazer tudo. Nesta última fala da Conceição, ela relata que financeiramente a vida da família tinha melhorado, mas do que adiantava isso se ela não podia estar com a família, por isso esse desejo de ser Amélia, de viver para o lar, de ter a opção de escolher entre trabalhar ou cuidar da família, algo que não fez parte da sua trajetória.

Falar da mulher na sociedade e em todos os âmbitos ainda é um assunto muito delicado, levando em consideração que de certa forma nós crescemos e ainda somos todos educados por meio de um patriarcado estrutural. Portanto, é comum escutarmos falas como de Conceição que diz que: “A partir do momento que a mulher ficou qualificada igual ao homem a Amélia foi esquecida, aí a mulher esqueceu a família, esqueceu a casa, teve que trabalhar, né? pra ajudar” e de Maria que afirma: “Sempre fui feminina e não feminista” onde a palavra feminista aqui relatada tem um sentido pejorativo. Ainda discorrendo sobre o mesmo tema ela destaca: “Carolina foi um exemplo de mulher, viveu na favela e venceu” Portanto, notamos nestas e em outras falas que em alguns momentos a mulher é vista como um exemplo e em outros a mulher é vista como um ser frágil. A temática mulher ainda é marcada por tabus, falta de consciência de gênero e acima de tudo pelo patriarcalismo, obstáculos que acompanham o ser mulher entre as mais diversas sociedades e tempos.

Partindo de uma ramificação do tema mulher, o tema família também carrega confissões e falas dolorosas destas mulheres privadas de liberdade, como a seguinte fala dita por Roberta: “Minha família falhou comigo” Apesar da figura paterna na maioria das situações carregar consigo toda a autoridade e se intitular o responsável pelas decisões da estrutura familiar, é a figura materna que é fortemente marcada pelas angústias familiares, é a mãe que carrega com grande veemência a dor dos problemas com filhos e toda fragilidade de ser mulher em uma sociedade com as rígidas estruturas machistas. Portanto, em muitas falas das mulheres privadas de liberdade se entrelaçam os temas mulher, família e violência.

Algumas falas de Conceição nos remete ao tema: “Me identifico com Carolina pela força que ela teve pra criar os filhos e nunca desistir deles”, “Amélia tá pronta pra família, pra ouvir, pra colher. A todo momento que a família precisa ela tá ali com a resposta”. Em outro encontro Cidinha relata que perdeu um dos filhos para o crime mas que este nunca deixaria de ser seu filho.

A violência vem como um dos temas mais impactantes e retratados nas falas destas mulheres privadas de liberdade. Falar de violência com base no livro de Carolina Maria de Jesus se torna algo fácil pois a autora relata em seus diários muitos momentos em que a violência se faz presente na favela, como no seguinte trecho:

Ela odeia-me porque os meus filhos vingam e por eu ter radio. Um dia ela pediu-me o radio emprestado. Disse-lhe que não podia emprestar. Que ela não tinha filhos, podia trabalhar e comprar. Mas, é sabido que pessoas que são dadas ao vicio da embriaguês não comprar nada. Nem roupas. Os ebrios não prosperam. Ela as vezes joga agua nos meus filhos. Ela alude que eu não expanco os meus filhos. Não sou dada a violência. (JESUS, 2014. p. 17).

E isso reflete não só na vida que muitas dessas mulheres levaram antes do regime, mas também nos crimes que cometeram. Ao serem instigadas a discutir e refletir sobre o tema, algumas delas escreveram em seus diários sobre questões em que a violência é o fator mais relevante. Notamos isso no seguinte trecho escrito por Esmeralda:

“Eu me identifiquei muito 3 de julho pois já vivenciei minha vizinha brincando com minha filha Rafaela, ela falou que iria pader (bater) em minha filha de apenas 12 anos imagina uma adulta desafiando uma criança que ja nasceu do avesso). Então me indidifiquei vivenciando com Maria Carolina de Jesus.”

As mulheres privadas de liberdade atuantes no projeto faziam constantes comparações de suas vidas com os acontecimentos relatados na obra de Carolina Maria de Jesus, em muitas situações elas diziam se enxergar em Carolina, como relata Cidinha nesse trecho:

“Eu trabalhava num lixão pra poder me sustentar, sabe? assim, a Carolina pra mim ela é tudo porque eu espelhei nela [...] eu tô fazendo o mesmo projeto que ela tava fazendo eu tô escrevendo, as vezes eu tô meio triste escrevo numa folha e falo: “hoje eu tô assim" [...] vou escrevendo assim, sabe? Contando um pouco da minha vida, mas assim é muito triste pela vida que ela passou e pela que a gente passa hoje.”

As mesmas situações de opressão sofridas por Carolina, em muitos momentos estavam também nas falas dessas mulheres que compartilhavam as mesmas dores como a de

ser mãe, mulher, pobre, vítima de sistemas opressores. Em muitos momentos sensibilizadas com os trechos do diários, essas destacavam suas angústias nos escritos de seus diários, como podemos ver no diário de Lélia:

“Ela trabalhando apreensiva e agitada, vinha nela a dor de cabeça, preocupada com os vizinhos aqueles bestas que podiam invadir seu barraco! os vizinhos não tinham compreensão com ela, nem com os filhos, mas ela vai dando retorno porque vai vencer honestamente, principalmente pelo respeito a educação, dignidade etc.”

Ou então como relata Cidinha:

“Eu era uma pessoa que usava droga, me prostituía, era meu vício, era usuária de crack [...] eu era uma pessoa que não tinha aonde ficar, morava na rua, morava debaixo de ponte, zoto me batia, fazia maior covardia comigo, Deus me resgatou [...]foi quando fui parar na prisão”

Nesse sentido, vale nos questionarmos “quem inaugura a violência?” (Pedagogia do Oprimido, 1987), a que situações estas mulheres foram submetidas uma vida inteira e quais foram as condições para que existissem outros caminhos possíveis. Freire dialoga sobre as situações-limites da seguinte forma:

[...] Não são as “situações-limites” em si mesmas, geradoras de um clima de desesperança, mas a percepção que os homens tenham delas num dado momento histórico, como um freio a eles, como algo que eles podem ultrapassar. No momento em que a percepção crítica se instaura, na ação mesma, se desenvolve um clima de esperança e confiança que levam os homens a se empenharem na superação das “situações-limites.” (FREIRE, 1980. p. 126)

A temática educação também aparece com grande força nas falas das mulheres privadas de liberdade. Em muitos relatos estas destacam como a educação e a ida para escola a elas foram impossibilitadas, pois algumas encontraram obstáculos como o de trabalhar desde nova ou o de ser mãe. Sem romantizar as situações por essas mulheres relatadas, também tiveram mulheres que destacaram ter tido a oportunidade de estudar e até serem castigadas pelos pais por não levarem os estudos a sério, destacando que foi a minoria. Falas carregadas pela impossibilidade de continuar os estudos sempre vieram carregadas de tristeza e sentimentos de inferioridade, como a fala de Conceição: “Minha mãe me tirou da escola, engravidei cedo e o sonho de ser professora se perdeu”, “Eu perdi tempo por uma ignorância minha e dos meus pais”, “Eu acabei fazendo a mesma coisa com os meus filhos, tirei eles da escola” e ainda falando do sentimento de quando foi reprovada na escola relata: “Senti que fui uma decepção para os meus pais”.

No decorrer das falas notamos como as barreiras para frequentarem a escola e prosseguirem os estudos sempre foram enormes, questões financeiras, vulnerabilidade social, falta de incentivo e a maternidade precoce sempre foram os maiores obstáculos enfrentados por essas mulheres, entre os quais a educação vista como algo desejável porém inalcançável. Notamos o seguinte tema e suas implicações ser descrito num dos diários escrito por Roberta:

“[...]Ai é que fui pra S.P. lá fiz amizade com uma garota que se chama Muriel, nos duas nos tornamos , muito amigas, até que um belo dia nos duas matamos aula e fomos p/ debaixo do viaduto. onde ali nos fumava e achava muito engraçado, até que um dia conheci um garoto o nome dele é juliano, começamos a ficar eu matava aula com frequencia para ficar com ele. ate que um dia minha irmã me pegou com ele me bateu com a fivela de um cinto e me tirou da escola, passou-se o tempo, voltamos para minas ai nao pude mais estudar, mas na minha opiniao nós não somos nada sem educação, e hoje os meus filhos eu faço questão que eles estudem, estudem para se tornar um profissional na area que eles quiserem. Mas a vida também é uma escola, e hoje eu como 34 anos a maioria das coisas que sei aprendi com a escola da vida onde apanhei e sofri mas também aprendi a sobreviver.

Quando planejamos os Círculos de Leitura Crítica e levantamos todas as temáticas discutidas tínhamos o intuito de instigar as mulheres que no projeto se encontravam a pensar sobre as realidades e trazer suas denúncias, mas para muito além tínhamos a esperança e o compromisso de vê-las a pronunciar o novo. Dessa forma, para Paulo Freire, não há denúncia sem anúncio e não há anúncio sem denúncia, uma vez que essa conjunção designa não apenas uma relação de forças, mas um exercício político de dizer a palavra expressando o compromisso com a transformação. Em síntese, significa não apenas falar sobre o que poderá vir a ser, mas falar de como está sendo a realidade, denuncia-lá, para anunciar um mundo melhor.

Paulo Freire em seus estudos já nos dizia que ao assumir a responsabilidade de dizer a sua palavra, os homens e as mulheres são capazes de humanizar-se e humanizar o mundo em que estão inseridas. Na cultura do silêncio, os sujeitos são impedidos de significarem a sua própria existência, levando-os a tornarem-se quase-coisas. Segundo Freire: “Descobrem que, como homens, já, não podem continuar sendo ‘quase-coisas’ possuídas e, da consciência de si como homens oprimidos, vão à consciência de classe oprimida” (FREIRE, 1987, p. 101). Assim, a quebra com a cultura do silêncio passa pelo diálogo, que é o contrário do ato de depósito de ideias e de concepções de um sujeito sobre o outro, e pela troca simples de informações. O diálogo é, sobretudo, o encontro de homens e de mulheres que pronunciam o seu mundo em pé de igualdade e, por isso, criam e transformam sua situação de subalternização e opressão.

3. Anúncios

A par de algumas denúncias relatadas nas falas e escritas dos diários das mulheres atuantes no projeto, abrimos o espaço para a esperança, termo amplamente discutido nos estudos de Paulo Freire. Dessa forma, avançamos para outra dimensão – o espaço da esperança. Na epistemologia de Freire, a esperança é a necessidade ontológica na luta por fazer melhor a própria existência humana. Segundo o autor, se a esperança é parte da construção humana na busca por *ser mais*, a desesperança é a esperança que perdeu o rumo dessa necessidade ontológica, tornando-se imobilizante e fatalista. Certamente a esperança sozinha não possui poder de transformar as situações opressoras, uma vez que sem a *práxis* concreta, ela se torna apenas espera vã:

Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico. Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo à minha esperança o poder de transformar a realidade e, assim convencido, parto para o embate sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. (FREIRE, 1992, p. 5).

Nessa perspectiva, a esperança está diretamente ligada à *práxis* para tornar-se concretude histórica. Por isso, sem esperança não é viável a luta por transformação social, tamanha sua importância individual e social. Um dos papéis do educador progressista, por meio da análise política, é compreender as possibilidades de transformar a esperança em inédito-viável, ou, em outras palavras, naquilo ainda não experimentado, mas passível de ser conquistado. Contudo, frente a frente aos dilemas que as mulheres privadas de liberdade, havia espaço para a esperança e o anúncio. Mais que um espaço de anúncios, foram momentos de reflexão, de conscientização, da importância de se conhecer profundamente e também de conhecimento do outro. Foi o momento de olhar com novos olhos e de se autoquestionar sobre a relação eu/tu, o seu lugar no mundo e o seu compromisso social e histórico.

Prosseguimos destacando que as falas das mulheres privadas de liberdade sempre eram acompanhadas do sonho de alcançar um novo, um futuro melhor e diferente do que presente que elas se encontravam. Para além do discurso em si, notamos que existia uma força que as movia a transpor as situações-limites que passaram a ser barreiras transponíveis.

Ao anunciar possibilidades, algumas temáticas foram mais recorrentes como a possibilidade de continuar os estudos e de reconstituir a família. Lélia nos anuncia o seu sonho na seguinte fala: “Sonho em continuar com meus estudos e quero fazer administração. Através dos estudos a gente consegue alguma coisa” (trecho transcrito de uma das falas) e por vezes os seus sonhos são anunciados nos encontros. Destacamos mais alguns sonhos escritos por elas em seus diários: Cidinha sonha em “realizar os sonhos da minha mãe”, Conceição em “ser professora”, Mel em “ser policial”, Roberta em “ser esteticista”, Sueli em “ser tatuadora”

As mulheres privadas de liberdade que nesse projeto atuavam não deixavam de sonhar e anunciavam um inédito-viável. Estas que em muitos momentos de suas vidas se viram em condições semelhantes às de Carolina Maria de Jesus, também se assemelham a ela ao sonhar e ter esperança num futuro promissor. Carolina Maria de Jesus também escrevia sobre os seus sonhos em seus diários, como destacamos na seguinte citação:

O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortavel, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habituei-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel. O desgosto que tenho é residir em favela (JESUS, 2014, p. 22).

A insistência que as mulheres envolvidas no projeto tinham por comparar a vida de Carolina Maria de Jesus com as delas, era carregada de significados, pois como escritoras estas mulheres tinham o sonho de superar seus obstáculos e ir além do que as grades permitiam, Carolina tinha o sonho de sair da favela e estas mulheres o sonho de sair do regime carcerário. Mel relata isso em seu diário ao escrever: “[...] Todos nos temos dificuldades. sonhamos com uma vida melhor p/ nós e p/ nossos filhos, queremos ter profissões, pois Carolina quer sair da favela e nós queremos sair das prisoes e ao final chegamos a um só lugar a paz e a felicidade” Conceição também escreve sobre seu sonho:

“O meu sonho se aproxima do sonho de carolina. Quando no começo do meu casamento veio muito amor, mas muita miseria juntos. Pois meu esposo ganhava pouco e nos pagava aluguel eu já tinha dois filhos o mais velho minha idade 18 anos então eles pedia e eu não podia dar. Sonhava com uma casa grande mas achava que eu não ia obter então quando olho e vejo que hoje tenho então vi que os sonhos fica gravado no fundo do cociente. E pode se transformar em realidade.” (transcrito dos diários.)

Temos também os sonhos de Lélia gravado em seu diário: “Os meus sonhos vão

realizar na grande realidade eu quero ser administradora. A realidade vai chegar” Falar de sonhos com essas mulheres é transpassar as grades da APAC, é colocá-las para além dos muros, além de suas trajetórias, além dos seus crimes. Cidinha relata: “[...] Eu quero mostrar pra sociedade que a gente é capaz. Não é porque a gente tá presa que a gente deixou de ter a dignidade não. Mudar o caráter da gente. É tudo isso.”

É importante refletir como por meio dos sonhos elas ressignificam a própria história como Mel que diz assim: “Eu vou ser a advogada mais pobre do mundo porque hora que eu tive lá... fila do presídio que tiver uma mãe chorando eu vou falar assim: Preocupa não, minha filha, nos vai dar um jeito, vão bora” (transcrito da fala). Freire diz “Se é dizendo a palavra com que, pronunciando o mundo, os homens o transformam, o diálogo se impõe como caminho pelo qual os homens ganham significação enquanto homens.” (FREIRE, 1980, p.109.)

Em muitas falas é possível ver a pronúncia do novo, do possível, da mudança, como Roberta expressa: “Eu olhei pra dentro de mim e tomei a decisão. Eu quero mudar de vida. Eu não quero ser aquela mulher que eu fui há 10 anos atrás quando eu vim parar numa prisão.” (transcrito da fala). Ela também nos revela seu sonho: “Ser livre e me reerguer, abrir uma clínica de estética de sucesso e amar muito e ser amada com a mesma proporção” (trecho transcrito da fala de Roberta).

Desta forma, não podemos deixar de falar sobre a APAC dentro desse contexto de sonhos, possibilidades e anúncios. A APAC é um modelo de prisão mais humanizadora do que um presídio comum, ela possibilitou a continuidade dos estudos para essas mulheres, possibilitou que o nosso projeto fosse ao encontro delas. E é nítido em diversas falas das mulheres privadas de liberdade seus agradecimentos, como Roberta ressalta depois de ter conseguido um trabalho dentro da instituição:

“Vou te contar um segredo, você não conta pra ninguém, tá? Hoje eu amo a APAC. Eu amo essa casa, sabe? O que eu puder fazer pra casa andar em ordem, eu vou fazer, o que eu puder fazer pra que tudo dê certo, pra que tudo ocorra bem, em qualquer regime que eu esteja, eu vou fazer porque isso aqui merece o melhor de mim.”(transcrito das falas)

Nosso intuito é que elas sonhem cada vez mais e que para, além disso, que os sonhos se concretizem. Que por meio de novas oportunidades elas possam ressignificar suas histórias. Como escreve Carolina, que a realidade é bem mais bonita que o sonho:

[...] Na redação, eu fiquei emocionada. (...) o senhor Antônio fica no terceiro andar, na sala do Dr Assis Chateaubriand. Ele deu-me revista para eu ler. Depois foi buscar uma refeição para mim. Bife, batatas e saladas. Eu comendo o que sonhei!

Estou na sala bonita. A realidade é muito mais bonita do que o sonho. (JESUS, 2014, p.173)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa parte de um princípio humanizador que acredita piamente que as mulheres privadas de liberdade têm muito que compartilhar, que elas têm muito que pronunciar. Por meio de suas trajetórias não buscamos nesse trabalho romantizar as dores vividas por elas, mas pontuar as opressões instauradas que frearam sua vocação de *ser mais*. Partimos do ponto que as situações-limites vivenciadas por elas as desumanizam e corroboram para uma vida interligada com o crime. A violência esteve presente na vida destas mulheres desde muito cedo, e elas estão habituadas com o desamor, o desafeto e a chegada à APAC, para a grande maioria, significa receber oportunidades, de estudo, trabalho, parcerias, etc. Sendo assim, o projeto nos sensibilizou em diversos momentos com as falas marcantes, com os olhares cabisbaixos, com os choros e com toda gratidão que elas manifestaram ao longo do projeto.

Nessa circunstância, nos aproximamos ainda mais de Carolina e de Paulo Freire, dois autores que vão ao encontro da possibilidade de mudança. Que acreditam em um mundo melhor, que acreditam no *ser mais*. Dois autores que eram movidos pela indignação do mundo, que buscavam mudanças, que dialogavam autenticamente com seus leitores. Nesse sentido, Carolina não apenas denuncia sua vida, suas angústias, suas críticas à sociedade, mas também afirma sua humanidade, assim como as mulheres participantes do projeto, em uma das falas de Cidinha, ela diz: “Eu tenho muitos sonhos pela frente”. Assim como Carolina acreditava que as palavras podem anunciar um novo mundo. Um mundo mais igualitário, mais humano. Nós também acreditamos nisso, por isso incentivamos cada vez mais com que elas escrevessem e pronunciassem um mundo mais digno para elas.

Com Paulo Freire nos desafiamos a pôr em prática um olhar e uma escuta sensível para com essas mulheres que viviam uma vida cheia de marcas, cheia de injustiças, estávamos separadas por uma tela de computador, mas com um olhar e uma escuta atenta. Conhecer a vida dessas mulheres não foi um processo fácil, seus relatos nos atingiram emocionalmente, impactando a nossa própria leitura de mundo. De um mundo que insiste em desumanizar e negar o futuro, um futuro mais justo.

Nossa proposta foi ir ao encontro de uma leitura crítica do mundo com elas, por acreditar em um mundo que pode *ser mais*, por acreditar que esse grupo de mulheres que se encontram no cárcere podem *ser mais*, que a pronúncia do mundo dessas mulheres pode ser mais reflexiva e crítica. Enfim, que elas podem reescrever a própria história.

Nesse movimento dialógico, compreendemos que para cessar estes atos

desumanizantes e que possamos engajar práticas em favor da libertação das opressões das mulheres e dos homens é urgente a problematização acerca da gravidez precoce, da evasão escolar, da pobreza, da desigualdade social, dos variados temas acerca do gênero feminino, do racismo, das drogas e do crime. Todos esses temas foram âmbitos que dificultaram a vida destas mulheres e que agravaram suas potências enquanto indivíduos. Pelos processos de leitura crítica vimos como que elas denunciavam as mazelas e as opressões vividas, como denunciavam que tudo o que passaram não era justo, não era o ideal, e como estão dispostas a escrever e sonhar com uma nova história. A vida atribulada de Carolina não é uma mera comparação com a destas mulheres, é a denúncia que não devemos viver e nem nos conformar com quartos de despejo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arfuch, L. (2002). **El espacio biográfico. Dilemas de la subjetividad contemporánea.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

ARIÈS, Philippe. **Por uma história da vida privada.** In: CHARTIER, Roger (org.). História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. vol 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 7-19

BARCINSKI, Mariana. Mulheres no Tráfico de Drogas: **A Criminalidade como Estratégia de Saída da Invisibilidade Social Feminina.** Contextos Clínicos. Vol. 5, n. 1, 2012.

BRASIL. Dados Consolidados. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – InfoPen Mulheres.** Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça. Junho/2014. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populaçãopenitencia-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>>

RAMOS, B. S. S.; FERREIRA, M. A. L.; RODRIGUES, L. R. B.; Paulo Freire e a leitura crítica da Palavravundo no enfrentamento da vulnerabilidade social. **Educação & Linguagem** , v. 23 , n. 2 , p. 119-140, jul.- dez., 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 11. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Nita. Inédito viável. In: STRECK, D. R.; REDIN, E. ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 223 - 226.

STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** 2. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

JESUS, Maria Carolina de. **Diário de Bitita.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. **Quarto de despejo: diário de uma favelada.** São Paulo: Ática, 2014.

Nação TVE, **Carolina de Jesus Parte 1,** 2015. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=E5V8SvEN2II&t=40s>. Acesso em

LEITE, Luciana Mendes. **A escola nas narrativas de mulheres privadas de liberdade: um diálogo mediado por cartas.** Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal de São João del Rei. Minas Gerais. 2019.

LUDKE, Menga. L975p. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas I** Menga. Lüdke, Marli E.D.A. André. - São Paulo: EPU, 1986.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Regras de Bangkok: regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.** Brasília: CNJ, 2016.